

# A desvantagem da vantagem

22 ABR 1989

ABRAM SZAJMAN

**D**esde 1986, sucessivos choques econômicos impuseram sacrifícios a toda a sociedade, sob a justificativa de que esse seria o preço da estabilidade econômica, ou seja, o esforço necessário para controlar a inflação e estabelecer um valor estável para a moeda.

Tal política foi aceita pelos agentes econômicos, que compreenderam a necessidade de assumir sacrifícios, embora nunca tenham esquecido de lembrar a parte que cabe ao Governo nesse processo. O déficit público teria de ser combatido, as despesas governamentais seriam contidas e sua destinação haveria de passar por um processo de moralização. Por fim, sempre foi cobrada a urgente necessidade de alcançar o equilíbrio fiscal.

Muitos brasileiros preferem, contudo, suportar índices elevados de inflação a ter de conviver com a redução dos gastos públicos, que os obrigaria a lutar pela própria sobrevivência sem contar com qualquer tipo de favorecimento estatal. Todavia, uma questão elementar não pode ser esquecida: se somos favoráveis à livre iniciativa, devemos ser contra qualquer benefício governamental. E, principalmente, a qualquer auxílio setorial que conceda privilégios aos segmentos da economia.

Lamentavelmente, observa-se que a retórica da moralização dos benefícios concedidos pelo Governo não encontra respaldo nos usos e costumes já arraigados na sociedade brasileira. Nem bem se termina uma exaustiva discussão acerca de uma série de incentivos fiscais que causaram consideráveis distorções na economia do País, já se inicia idêntico movimento em outros setores da produção. As reivindicações nascem justamente entre os que pretensamente imaginam fazer parte dos sem-subsídio e, alardeando tal

condição, encontram substancial espaço na opinião pública, além de contar com a simpatia mal encoberta de respeitáveis parcelas da burocracia oficial.

Três exemplos podem ser citados: o caso da redução do IPI pretendido pelas montadoras de veículos, a tentativa de sustentação de isenção do novo imposto estadual, o ICMS, concedida a empresas que investem em artistas nacionais e a queda do veto às isenções ao esporte amador.

Trata-se, no mínimo, de subsídio setorial, que jamais será repassado ao consumidor como benefício. E pode transformar-se em perigoso precedente, que abre as comportas para outros vazamentos da receita pública, mediante o início do retorno de subsídios e incentivos. Volta-se, dessa maneira, ao princípio de que o melhor cidadão é aquele que tem como lema levar vantagem em tudo, ou seja, o critério moral deixa de ser o ponto de retorno para toda a coletividade, mas sim o benefício que pode gerar para este ou aquele grupo, segundo o poder de pressão que possa exercer sobre a classe política, num ano eleitoral.

Há uma falha que não pode ser desculpada, no momento em que a Nação faz um esforço substancial para criar efetivas condições para implementar o sistema democrático de governo e encontrar um fundamento sólido para sua economia. Não é possível deixar sem identificação as fontes de financiamento dos investimentos voltados para o parque produtivo. Para que isso realmente ocorra, é essencial que os custos reais de produção não venham a ser mascarados por esquemas artificiais de proteção.

Ninguém pode, em sua consciência, ser contrário à indústria automotiva nacional ou à indústria fonográfica. Muito menos a essa autêntica paixão do povo brasileiro, sua fonte de prazer e

de alívio, que é o esporte. Mas não é possível conceber que, em momento tão delicado da vida nacional, o poder político possa deliberadamente ferir princípios elementares de finanças públicas, entre as fontes de recursos e a utilização que é dada a elas. Resumindo, já está aberto o precedente para romper de vez a igualdade entre receitas e despesas.

E hora de dar fim aos casuísticos na economia. E preciso dizer claramente um não aos subsídios, aos incentivos, ao déficit público. Sem seriedade e responsabilidade a sociedade jamais conseguirá levar a bom termo qualquer iniciativa, seja no campo econômico, seja no político. Mas acima de tudo é necessário que os anseios que lutamos para transformar em medidas concretas sejam efetivamente observados.

Sem perseverança e sem o devido respeito aos sacrifícios que já tivemos de superar, estaremos entrando no árduo caminho que só nos poderá levar a mais dificuldades, que em determinado instante poderão se tornar insuperáveis.

Um pouco de coerência na condução dos negócios públicos somente poderá ajudar a classe política — principalmente os políticos que estão no poder — a criar condições para que sua imagem se valorize perante a opinião pública. Não é apenas uma questão de sabedoria na condução dos negócios públicos, mas um problema relacionado com o bom senso. É preciso provar que os sacrifícios tiveram um objetivo, que trarão benefícios e que criarão uma organização social confiável. Antes de tudo, os brasileiros precisam acreditar nos outros brasileiros. E não mais carregar a suspeita de que o outro é o Gerson.